

## **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2026 DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV.**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 09h00 (nove horas), reuniram-se na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista – IPSJBV, sito à Rua Senador Saraiva, 136 – Centro, os membros do Conselho Fiscal nomeados pelas Portarias nº 18.583, de 29/01/2025, nº 18.655, de 10/02/2025 e nº 18.678, de 17/02/2025, a Presidente: **NATALIA AZEVEDO VILLELA SANTOS** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I) e demais Membros do Conselho: **THARCIO DE LUCCAS MENDONÇA AZEVEDO** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I); **ROSINÉA DE FÁTIMA FERNANDES VALENTIM GOMES** (Instituto Totum CP RPPS CODEF I); **SÔNIA KÁTIA DA SILVA OZÓRIO SABIA** (Instituto Totum CP RPPS CODEF I); **FABRÍCIO EVERTON MARIANO DA SILVA ALDIGHIERI** (Instituto Totum CP RPPS CODEF I) e a Secretária: **EDILAINE APARECIDA TRINDADE** (Certificada pelo Instituto Totum CP RPPS DIRIG I), o Conselheiro **LUIS CARLOS EVARISTO** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I), justificou sua ausência. A reunião contou com a presença da Diretora Administrativa/Financeira **EDNÉIA RIDOLFI** (certificada pela ANBIMA CPA 10; Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV III) e do Diretor Jurídico **MATHEUS DE PAIVA MUCIN** (Instituto Totum CP RPPS CODEL I). Após a verificação do quórum, o Superintendente **Sérgio Venício Dragão**, nomeado pela Portaria nº 18.448 de 02 de janeiro de 2025, iniciou a sessão, e em seguida passou a palavra ao Diretor Jurídico **Matheus de Paiva Mucin** que iniciou sua fala dos seguintes tópicos: **a) CURSO ABCPREV:** Matheus destacou a participação no curso da ABCPrev, que tratou sobre governança, *compliance* e controle interno, além das atualizações normativas que atingiram o RPPS entre os meses de dezembro e janeiro. Relatou experiência positiva com o nível do curso, cujos temas foram bastante aprofundados, em cerca de 10h de curso. Entre os temas estudados, destacou o “*descongelamento*”, Lei Complementar nº 226/2026, sobre o qual a ABCPrev emitiu nota técnica acerca dos impactos no RPPS. Em resumo, informou que o



RPPS sofrerá impactos nos benefícios somente mediante edição de lei local prevendo o pagamento retroativo e correspondente incidência de contribuição previdenciária servidor/patronal. Em análise, a recomposição temporal não afeta automaticamente a remuneração do cargo efetivo, para os aposentados paritários, e tampouco altera as bases de contribuição previdenciária para os aposentados no regime de média. A revisão depende, portanto, de lei local prevendo tais reflexos, pois nenhum benefício pode ser majorado sem a correspondente fonte de custeio. Em seguida, relatou sobre a LF nº 15.326/26, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sobre essa lei, a ABCPrev entende que a mudança não gera reflexos previdenciários imediatos nas aposentadorias específicas do magistério (a exemplo da redução de idade ou tempo de contribuição), mas tão somente reflexos funcionais para os servidores ali enquadrados nos diversos municípios. Isso porque o dispositivo que regulamenta a aposentadoria específica do professor, respectivamente o §5º do Art. 40 da Constituição Federal, até então não foi alterado, mas apenas os efeitos funcionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **b) PORTARIA PRÓ-GESTÃO:** Na sequência, tratou da publicação da Portaria nº 10/2026, que constituiu a **Comissão Especial de Certificação** destinada à manutenção do Pró-Gestão RPPS Nível II e à condução das ações para o alcance do Nível III, com servidores internos do Instituto e representantes dos entes municipais, enaltecendo a atuação multidisciplinar nas boas práticas de gestão previdenciária. **c) PORTARIAS PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:** Lado outro, o diretor esclareceu que a Lei Ordinária nº 4.926/2021 exige a constituição de **Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar (CAPC)** - nomeados pela Portaria nº 19.852/2026 e com representantes dos setores de recursos humanos de todos os entes locais. Mencionou, ainda, que a certificação do Pró-gestão nível III exige designação de um servidor como responsável por relatórios semestrais da previdência complementar no ente federativo, ficando o próprio Matheus como responsável, nos termos da Portaria nº 19.851/2026. **d) RELATÓRIO TÉCNICO DE PROPOSITURA LEGISLATIVA (PATRONAL):** Relatou, também, após autorização do Executivo, o envio de estudo ao Gabinete para revisão da alíquota patronal – com o intuito de chegar



ao limite de 28% em cenários gradativos e paulatinos ao longo dos próximos anos. **e) REQUISIÇÃO TCE-SP:** Prosseguindo, informou o recebimento de requisição do TCE-SP do exercício de 2025 acerca das aposentadorias e pensões concedidas. Relatou que, pelo terceiro ano consecutivo, a Corte de Contas pede informações sobre o Tema nº 1254 do STF, notadamente em relação aos servidores admitidos antes de 1988, sem aprovação em concurso público, e que permanecem no quadro de ativos. Outro item da requisição que merece atenção é acerca das ações do ente municipal quanto a esses servidores. Nesse sentido, Matheus informou que o São João Prev vem tomando iniciativa desde 2023 e informou que será agendada reunião entre o São João Prev, Departamento de RH da Prefeitura e a Gestão do INSS, para alinhamento das futuras alterações. **F) REVERSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA:** Finalizando, mencionou recente lei aprovada na municipalidade, permitindo a reversão de aposentadoria aos servidores que tenham se aposentado e requeiram a reversão em até 05 anos da aposentadoria, nos mesmos moldes da Lei Federal 8112/90 (regime jurídico da União). Destacou os requisitos da nova lei, que definem critérios objetivos para aprovação da reversão, como existência de vaga, disponibilidade orçamentária específica e autorização do Executivo mediante constatação de interesse público. **1) RELATORIO ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO MÊS 02/2026:** Sérgio passou a palavra para a Diretora Adm. Financeira Ednéia Ridolfi, que iniciou a apresentação do Relatório demonstrando os Quadros de Investimentos, a posição financeira do mês de fevereiro, conforme relatório Administrativo/Financeiro do mês e também a posição da Carteira de investimentos até a presente data. Na sequência, Ednéia apresentou os quadros demonstrando as Receitas e Despesas dos Planos Financeiro e Previdenciário, o Repasse dos valores de Taxa de Administração dos Planos Financeiro e Previdenciário, os Recursos utilizados da Taxa de Administração conforme **LC 5531/2025** - Prefeitura, a Reserva do fundo de Oscilação, as Despesas da Taxa de Administração do mês e valores remanescentes da Taxa de Administração. Apresentou também o **DESCRITIVO DA SITUAÇÃO DO CONTENCIOSO** e mencionou que o Conselheiro Evaristo havia solicitado informações mais detalhadas dos processos. O Conselheiro Tharcio



sugeriu que esse assunto fosse retomado na próxima reunião, uma vez que o Conselheiro Evaristo estava ausente da reunião, Sérgio sugeriu que na próxima reunião, se necessário poderíamos solicitar a presença do Jurídico para maiores esclarecimentos. Na sequência, Sérgio citou o Relatório Sintético das Atividades do São João Prev que foi apresentado ao Executivo, destacando o levantamento de quadro de servidores (pág.12), elaborado pelo servidor Leandro, onde fica demonstrado que houve uma queda dos servidores ativos em relação aos inativos. Retomando a palavra a Diretora Adm./Fin. Apresentou dados da Carteira de Investimentos até essa data e os dados do mês de fevereiro, meta alcançada no mês de 0,84%, sendo a meta prevista para o mês de 1,16% e a Meta acumulada de 1,95%. Citou também a decisão do comitê de investimentos em resgatar o fundo do Sicredi, agora no mês de março, devido ao cenário econômico e o acompanhamento da recuperação do fundo. Sérgio complementou citando a performance do fundo no ano anterior. Em seguida Sérgio ressaltou que os rendimentos do mês de março até o momento, estão acima dos rendimentos de janeiro e fevereiro, citou também as oscilações do mercado e a expectativa dos analistas com relação ao IPCA e também citou dados do relatório Focus. **2) OUTROS ASSUNTOS: 1. Ingressos Financeiros (Receitas):** O Superintendente, Sr. Sérgio Venício Dragão, apresentou o detalhamento dos ingressos financeiros recentes. No que tange ao **Comprev**, foram registrados os recebimentos de **R\$ 505.372,44** em fevereiro e **R\$ 810.599,99** em março. Adicionalmente, informou a entrada de recursos relativos à **LC 5531/2025**, totalizando **R\$ 2.114.960,22** em fevereiro e **R\$ 2.120.266,95** em março. **2. Capacitação: a) Congresso ABIPEM:** Representaram a autarquia no Congresso Estadual da ABIPEM, realizado entre 04 e 06 de março, o próprio Superintendente, o Diretor Jurídico Matheus de Paiva Mucin, a Diretora Administrativa e Financeira Ednéia Ridolfi e o servidor Leandro Donizete Gonçalves Pedro. O relatório detalhado dos temas apresentados no Congresso será submetido a este Conselho após a formalização de sua conclusão. **b) Capacitação B3:** Informou sobre a realização de uma *live* técnica no dia 26/03/2026, promovida pela Bolsa de Valores Brasileira (B3). O tema central será a nova plataforma para aquisição de Títulos Públicos Federais, em conformidade





São João Prev

Juntos garantindo o futuro!

Autarquia Municipal criada  
pela Lei 1133 - 27/06/2003

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CNPJ 05.774.894/0001-90



com as exigências da nova Resolução do CMN. **c) Treinamento Smarapd:** Confirmado o treinamento junto à empresa Smarapd, o mesmo ficou agendado para o período de 06 a 10 de abril. **3. Reunião Extraordinária:** informou sobre reunião do Conselho Administrativo, com o objetivo de deliberar sobre a aprovação do **Cálculo Atuarial** e os Balanços de Encerramento de Exercício 2025 e finalizando informou sobre o processo de renovação contratual com a empresa **Lema**. **3) ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS DE FEVEREIRO DE 2026:** Os conselheiros Fabricio e Rosinéa fizeram a análise dos documentos contábeis referentes ao mês de fevereiro de 2026, examinaram os movimentos diários, os relatórios das Demonstrações Contábeis e a Conciliação Bancária das Contas Correntes e Investimentos, disponíveis na plataforma 1DOC - Processo Administrativo 253/2026. Após a análise, constataram que a movimentação estava em conformidade, e não apresentaram quaisquer ressalvas. Após todas as considerações e análises referentes ao fechamento do mês de fevereiro de 2026, a Presidente e os demais conselheiros aprovaram por unanimidade a movimentação contábil, sem ressalvas. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião, foi a mesma encerrada no mesmo dia e local, às 10h45, e eu, Edilaine Aparecida Trindade, na qualidade de secretária do Conselho Fiscal, anotei e digitei a presente ata que segue assinada por mim e por todos os presentes. São João da Boa Vista – SP, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de dois mil e vinte e seis (25/03/2026).

NATALIA AZEVEDO VILLELA SANTOS

(presidente)

SÔNIA KÁTIA DA SILVA O. SABIA

(membro titular)

ROSINÉA DE FÁTIMA F. V. GOMES

(membro titular)



THÁRCIO DE LUCCAS M. AZEVEDO  
(membro titular)

FABRÍCIO EVERTON M. S. ALDIGHIERI  
(membro suplente)

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO  
Superintendente

MATHEUS DE PAIVA MUCIN  
Diretor Jurídico

EDNÉIA RIDOLFI  
Diretora Adm./Fin.

EDILAINE APARECIDA TRINDADE  
Secretária